

Relatório & Contas

2021



Hospital Cruz Vermelha

17 1/2

19 7.

M.F.
CP

Índice

Índice.....	3
Mensagem do Conselho de Administração.....	5
1. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	7
1.1 Mesa da Assembleia Geral.....	8
1.2 Conselho de Administração.....	8
1.3 Fiscal Único.....	8
1.4 Comissão de Remunerações.....	8
2. RELATÓRIO DE GESTÃO.....	9
2.1 Enquadramento económico externo.....	10
2.2 Introdução.....	10
2.3 Atividade desenvolvida.....	11
2.4 Situação económico-financeira.....	12
2.5 Acordos com entidades financeiras responsáveis.....	15
2.6 Investimentos.....	16
2.7 Recursos Humanos.....	17
2.8 Aplicação dos Resultados.....	20
3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	21
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	27
1. Nota Introdutória.....	28
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	28
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	29
4. Fluxos de Caixa.....	39
5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros.....	39
6. Ativos Fixos Tangíveis.....	40
7. Ativos Intangíveis.....	41
8. Participações Financeiras.....	43
9. Outros Investimentos Financeiros.....	45
10. Imposto sobre o Rendimento.....	46
11. Inventários.....	48
12. Clientes.....	50
13. Outros Créditos a Receber.....	52
14. Diferimentos Ativos.....	53
15. Capital.....	53
16. Ajustamentos em Ativos Financeiros.....	54
17. Reservas.....	54
18. Provisões.....	55
19. Financiamentos Obtidos.....	55
20. Locações.....	58
21. Fornecedores.....	59
22. Outras Dívidas a Pagar.....	59

23. Estado e Outros Entes Públicos.....	60
24. Diferimentos Passivos.....	61
25. Passivos e Ativos Contingentes, Garantias e Compromissos	61
26. Partes Relacionadas.....	62
27. Vendas e Serviços Prestados	64
28. Fornecimento e Serviços Externos	65
29. Gastos com o Pessoal.....	67
30. Outros Rendimentos	68
31. Outros Gastos	68
32. Depreciações	69
33. Juros e Rendimentos Similares Obtidos	70
34. Juros e Gastos Similares Suportados.....	70
35. Subsídios à Exploração	71
36. Honorários do Revisor Oficial de Contas	71
37. Acontecimentos após a data do Balanço.....	72
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E	73
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO.....	73



Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2021 voltou a ser influenciado pela pandemia da COVID-19. Embora os indicadores económicos e sociais evidenciem sinais de recuperação, “o regresso à normalidade” não aconteceu ainda em 2021. O primeiro trimestre foi mesmo o período com maior impacto e mais nefastas consequências da pandemia em Portugal, sendo muito difíceis de esquecer as memórias causadas pela mortalidade e pela dificuldade de acesso dos doentes aos maiores hospitais do país.

Os elevados níveis de incerteza sobre a evolução da doença, bem como dos efeitos do processo de vacinação dos profissionais e da população, causaram forte perturbação no sistema de saúde. O funcionamento do Hospital Cruz Vermelha foi também muito perturbado e prejudicado, não tendo sido possível, ao longo do ano, contrariar de forma eficaz as consequências negativas da pandemia.

Para o Hospital Cruz Vermelha (HCV), a fortíssima expectativa gerada pela alteração acionista no final de 2020 foi fortemente esbatida pela envolvente externa. A participação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), como entidade maioritária no capital da CVP – Sociedade de Gestão Hospitalar, SA (CVP-SGH), abre novas possibilidades de trabalho e permite a definição de uma estratégia de valorização e afirmação do Hospital Cruz Vermelha como unidade hospitalar de referência no país, conciliando a sua história de “clínica privada” com uma missão de serviço e interesse público.

O ano de 2021 caracterizou-se por uma recuperação do volume de atividade, no entanto insuficiente para reduzir, de forma expressiva, os resultados negativos. Foram desenvolvidos processos de renegociação contratual com os parceiros mais relevantes e trabalhou-se na definição de uma estratégia clara e objetiva que permita concretizar a recapitalização da empresa, concretizar os investimentos indispensáveis e reforçar a trajetória de crescimento e equilíbrio económico e financeiro.

O futuro próximo exige a concretização do plano delineado. Ultrapassar o sentimento de perda de alguns setores profissionais pela declaração de caducidade do Acordo de Empresa, inverter a tendência de saída de profissionais experientes, aproximar o Hospital dos seus “doentes” são objetivos apenas parcialmente atingidos em 2021, a desenvolver em 2022.

O Conselho de Administração regista e valoriza a colaboração dos acionistas Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e Parpública – Participações Públicas (SGPS), SA e a disponibilidade dos fornecedores e instituições bancárias. O Conselho de Administração agradece o empenho, a dedicação e o profissionalismo dos trabalhadores do Hospital. O Conselho de

Administração assegura aos utentes que o Hospital manterá os elevados níveis de qualidade assistencial, conjugada com os elevados padrões de humanização e preocupação com "cuidar" das pessoas, elementos identificadores do Hospital Cruz Vermelha ao longo de toda a sua história.

Lisboa, 20 de abril de 2022

O Conselho de Administração



Edmundo Martinho



Francisco Ramos



Manuel Teixeira



José Donato Ramos



Catarina Baptista



Carlos Silva



Tiago Mateus

Handwritten notes in blue ink, including a signature at the top, a circle, the number 7, and other illegible scribbles.

1. ÓRGÃOS SOCIAIS



A composição dos órgãos sociais foi decidida em Assembleia Geral realizada em 16 de dezembro de 2020, com exceção da Comissão de Remunerações, que foi eleita em Assembleia Geral de 30 de julho de 2021.

1.1 Mesa da Assembleia Geral

Luís Barbosa, Presidente

Pedro Canteiro, Secretário

1.2 Conselho de Administração

Edmundo Martinho, Presidente

Tiago Mateus, Vogal não Executiva

Francisco Ramos, Presidente da Comissão Executiva

Manuel Teixeira, Vogal

Catarina Baptista, Vogal

José Donato Ramos, Vogal

Carlos Rodrigues da Silva, Vogal

1.3 Fiscal Único

Vitor Almeida e Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Vitor Manuel Batista de Almeida, ROC n.º 691
--

Suplente

João Santos Silva Baptista de Almeida, ROC n.º 1877

1.4 Comissão de Remunerações

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa – representada pelo Provedor, Edmundo Martinho

Parública - Participações Pública (SGPS), SA - representada pelo Presidente do Conselho de Administração, Jaime Andreg
--

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a smaller one below it, and several initials or short signatures at the bottom.

2. RELATÓRIO DE GESTÃO





2.1 Enquadramento económico externo

Conforme já divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o PIB cresceu, em 2021, 4.9%, muito longe de recuperar totalmente da quebra, inédita desde meados do século passado, de 8.4% em 2020. Apesar deste nível de recessão, o desemprego permaneceu surpreendentemente baixo, o que associado a relevantes fatores externos, disrupções na cadeia de oferta de vários fatores de produção, provocou o regresso da inflação às economias europeias. Os problemas de abastecimento de “chips” alargaram-se aos mercados de cereais, cobre, aço e outros. Acresce uma potencial espiral inflacionista nos preços da energia e dos combustíveis, circunstâncias que promovem um ambiente de instabilidade económica.

A execução do Orçamento do Estado evidenciou o regresso da preocupação com o défice público, tendo sido inferior a 3% em 2021.

Para o ano de 2022, agrava-se a incerteza internacional com a guerra provocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Em termos nacionais, é provável que o resultado da maioria absoluta do Partido Socialista nas eleições legislativas de 30 de janeiro de 2022 propicie um clima de estabilidade política, que talvez amortecia e mitigue as consequências nefastas dos ameaçadores regressos à Europa da guerra e da inflação.

2.2 Introdução

O Hospital Cruz Vermelha (HCV) é reconhecido pela qualidade das suas equipas médicas e de enfermagem, que conseguiram, ao longo dos 57 anos da sua existência, projetar na opinião dos seus utentes e da população em geral uma imagem de excelência na qualidade da prestação dos cuidados de saúde.

Inaugurado em 1965, o Hospital Cruz Vermelha foi objeto de uma profunda reestruturação e modernização iniciada em 1998, quando da criação da nova sociedade de gestão, CVP – Sociedade de Gestão Hospitalar, SA. Esta sociedade permitiu o alcance de uma autonomia em termos jurídicos, patrimoniais e financeiros para o HCV e o estabelecimento de parcerias e acordos de cooperação com entidades do Sistema Nacional de Saúde (Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o Instituto de Ação Social das Forças Armadas) e a nível internacional (Clínica Girassol).

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Nos últimos anos, acompanhando o desenvolvimento tecnológico, o HCV alargou a sua oferta clínica e de meios complementares de diagnóstico e, mais recentemente, em 2019, investiu na abertura do Heart Center.

A CVP – Sociedade de Gestão Hospitalar, SA teve a primeira grande alteração acionista quando, a 14 de dezembro de 2020, a Cruz Vermelha Portuguesa vendeu as suas ações à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), passando esta entidade a deter 55% do capital da CVP-SGH. No mesmo momento, foi firmado um acordo parassocial com a Parpública - Participações Públicas (SGPS), SA, no sentido da alienação das respetivas ações à SCML, o que não ocorreu em 2021.

2.3 Atividade desenvolvida

A produção assistencial apresentou em 2021 um crescimento generalizado face ao ano anterior, embora a um ritmo insuficiente para atingir os objetivos traçados no início do ano. Ao longo do ano, foram assistidas 45.303 pessoas, num total de 204.635 episódios e um número muito superior de atos clínicos.

Atividade Clínica

	2020	2021	Evolução	
Internamentos	4231	4819	588	13,9%
Cirurgias	3841	4410	569	14,8%
Consultas	82740	91037	8297	10,0%
MCDTs	230104	279462	49358	21,5%
Atendimento Permanente	3690	4481	791	21,4%
Unidade Cuidados Intensivos (n.º diárias)	744	756	12	1,6%

Em todos os segmentos de produção, a atividade realizada ficou aquém da capacidade instalada, seja em instalações, seja em tecnologia e equipamentos, seja em recursos humanos, com a exceção de médicos anestesistas. Particularmente preocupante são as baixas taxas de utilização dos blocos operatórios, unidade de cuidados intensivos (UCI) e serviço de atendimento permanente, por se tratarem de serviços que exigem dotação de profissionais 24 horas por dia, 7 dias por semana, de forma presencial ou em regime de prevenção. Foram tomadas medidas de

racionalização de recursos, nomeadamente no bloco operatório, salas de hemodinâmica e UCI, todavia insuficientes para o equilíbrio financeiro.

2.4 Situação económico-financeira

A situação económico-financeira degradou-se ao longo do ano de 2021. Como referido, os volumes de produção tiveram aumentos insuficientes e não foi possível concretizar o esperado processo de capitalização da empresa por parte da estrutura acionista. Assim, foi necessário recorrer ao crédito bancário para assegurar as necessidades de tesouraria, com o apoio do acionista SCML, expresso na emissão de várias cartas de conforto.

2.4.1 Situação Patrimonial

Face à não realização do processo de capitalização da empresa, os capitais próprios atingiram um montante negativo de quase 7 M€.

(em euros)	2021	2020	Variação	
Capitais Próprios	-6 917 500	-194 231	-6 723 269	3461,5%
Passivo não corrente	24 817 508	21 652 629	3 164 879	14,6%
Capitais Permanentes	17 900 008	21 458 398	-3 558 390	-16,6%
Ativo não corrente	26 336 740	25 179 590	1 157 150	4,6%
Fundo Maneio	-8 436 733	-3 721 193	-4 715 540	126,7%
Passivo Corrente	24 617 153	23 581 488	1 035 665	4,4%
Ativo Corrente	16 180 420	19 860 295	-3 679 875	-18,5%
Disponível	107 438	45 225	62 213	137,6%

Os Capitais próprios resultam da evolução dos Resultados Transitados de -7 318 365 euros (-199%), da redução dos Ajustamentos/Outras variações no capital próprio de 1 569 euros (-1%) e da redução de 596 666 euros (-8%) euros no resultado líquido.

O Passivo não corrente apresenta um crescimento de 3 164 879 euros (15%) que corresponde ao aumento de 3 119 341 euros (15%) na dívida de médio/longo prazo às instituições financeiras e num aumento das Provisões de 45 538 euros (14%).

Handwritten notes in blue ink, including a box around the top right, and initials 'M.F.' and 'CP'.

O Ativo não corrente apresenta um aumento global de 1 157 150 euros (5%) constituído da seguinte forma: reduções no Ativo fixo tangível de 648 174 (-4%) e no Ativo intangível de 1 659 (-20%) resultantes das depreciações, abates e respetivos investimentos do exercício, aumento nas Participações financeiras de 42 966 euros (1%), aumento da rubrica de Outros investimentos financeiros de 15 224 euros (10%), diminuição dos Créditos a receber em 207 575 euros (-58%) e aumento nos Impostos diferidos de 1 956 367 euros (37%).

O Passivo corrente registou um incremento no montante de 1 035 665 euros (4%), resultado do esforço desenvolvido para a redução da dívida a fornecedores de 1 218 738 euros (-14%), do aumento dos Financiamentos obtidos curto prazo no valor de 2 412 947 euros (30%), da redução dos Adiantamentos de clientes em 88 579 euros (-30%), dos acréscimos ao nível do EOEP de 21 381 euros (6%), e de Outras contas a pagar de 8 655 euros (0,2%) e por último da redução na conta de Diferimentos em 100 000 euros (-85%).

O Ativo corrente registou uma diminuição de 3 679 875 euros (-19%), por via da diminuição dos inventários em 229 987 euros (-19%), da significativa melhoria do PMR, no seguimento aliás do ano anterior, com a redução do saldo de clientes em 3 566 844 (-21%), da redução das rubricas de Adiantamentos a fornecedores e EOEP de 67 461 (-66%) e 71 746 (-26%) respetivamente, o saldo global resulta ainda do aumento de Outros créditos a receber no valor de 196 302 euros (21%), da redução da rubrica de Diferimentos em 2 351 euros (-11%) e por último ainda do aumento das Disponibilidades em 62 213 euros (138%), com redução no numerário em -1 211 euros e aumento nos depósitos bancários em 63 424 euros.

Em 2021, não foi possível desbloquear algumas questões com forte impacto patrimonial. Apesar de terem sido retomados os contactos com o Conselho Diretivo da ARSLVT, não se conseguiu qualquer avanço significativo no encaminhamento para Tribunal Arbitral do diferendo relativo ao Acordo de Cooperação com a ARSLVT, que ascende ao valor de 9.403.671,16 euros, contabilizado nas contas da Sociedade pelo valor líquido de 4.907.542,42 euros.

Também a dívida acumulada da Clínica Girassol (Angola) se mantém em valor próximo dos 5M€, tendo apenas sido regularizado cerca de 0,5 M€ ao longo do ano de 2021.

Outra matéria sensível respeita ao valor da participação social da CVP-SGH na Sociedade Portuguesa de Diálise (SPD). Ao longo dos últimos 20 anos, a SPD nunca distribuiu dividendos aos seus associados, acumulando mais de 23 M€ em resultados transitados. Neste ano, foi aprovada a distribuição de dividendos relativos aos resultados apurados em 2020, estando agendada para 20 de abril de 2022 uma Assembleia Geral para decidir sobre a distribuição aos associados dos resultados transitados, por proposta e exigência da CVP-SGH. Esta ação insere-se no trabalho global de valorizar o património da CVP-SGH.

2.4.2 Análise de Resultados

O volume de negócios cresceu apenas 3,8%, muito abaixo do crescimento verificado na atividade desenvolvida, acima dos 10% em todas as linhas. Esta discrepância deve-se a fatores contabilísticos registados em anos anteriores e a um maior crescimento do número de atos clínicos de valor (preço) inferior. Deste modo, apesar do crescimento do total de atos clínicos realizados ser superior a 10%, o crescimento dos proveitos gerados não atinge os 4%.

(em euros)	2021	2020	Evolução	
Volume de negócios	22 854 671	22 026 584	828 087	3,8%
Rendimentos operacionais	24 236 728	23 458 038	778 690	3,3%
Outros rendimentos e ganhos	1 145 519	1 019 571	125 948	12,4%
Gastos operacionais	30 607 532	30 611 880	-4 348	0,0%
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	5 370 983	5 030 937	340 046	6,8%
Fornecimentos e serviços externos	13 341 103	13 592 274	-251 171	-1,8%
Gasto com o pessoal	10 666 158	10 071 904	594 254	5,9%
Outros gastos e perdas	399 445	965 289	-565 844	-58,6%
EBITDA	-6 370 804	-7 153 842	783 038	-10,9%
Gastos financeiros líquidos	890 674	943 316	-52 642	-5,6%
Resultado Líquido do Período	-6 721 699	-7 318 365	596 666	-8,2%
<i>Cash Flow</i>	-5 245 907	-5 693 085	447 178	-7,9%

O volume de negócios no ano em análise apresentou uma evolução de 828 087 euros (4%) relativamente ao ano anterior. Contudo, é de salientar que não foi possível por em prática neste exercício, o protocolo existente com um dos nossos Clientes institucionais – a Clínica Girassol (Angola), cujo segmento de clientes diminuiu em 44%. O grupo de Outros clientes também se apresentou com uma evolução negativa de 88%.

Por sua vez os Acordos estratégicos mantiveram-se sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior, apresentando um ligeiro decréscimo de 0,5%. Os serviços prestados aos Privados e seguradoras e SNS apresentam-se num patamar positivo com aumentos na ordem dos 11% para cada um deles. Os subsistemas públicos registam um crescimento de 20%, dos quais a ADSE representa 96% do universo.



Os Rendimentos operacionais apresentam no exercício em análise um montante de 24 236 728 euros que corresponde a um aumento 778 690 euros (3%) relativamente ao ano transato, por sua vez os Gastos operacionais cifram-se em 30 607 532 euros, mantendo-se sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior, o que implica um EBITDA ainda negativo de 6 370 804 euros, mas com uma evolução positiva de 783 038 euros relativamente ao ano anterior.

O Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas (CMVMC) e os Gastos com o pessoal apresentam um aumento de 340 046 euros (7%) e 594 254 euros (6%) respetivamente, nos Fornecimentos e serviços externos obteve-se uma redução de 251 171 (-2%).

Apesar dos gastos financeiros apresentarem uma tendência descendente, continuam a ter uma expressão consideravelmente relevante de 890 887 euros contra os 1 015 66 euros do ano anterior, que corresponde em termos percentuais a uma redução de 12%.

O Resultado Líquido do Período apesar de continuar negativo no montante de 6 721 699 relativamente aos -7 318 365 euros do ano anterior, apresenta uma evolução de 596 666 euros (8%) face ao mesmo período do ano transato.

Ao nível do Cash-flow verifica-se o valor de -5 245 907 euros que compara com os -5 693 085 euros do ano anterior, apresentando a uma evolução de 447 178 euros (8%).

2.5 Acordos com entidades financeiras responsáveis

A negociação de novos acordos institucionais com entidades financeiras responsáveis (EFR) é um processo frequentemente longo e moroso.

Assim, durante 2021, foram concluídos os seguintes acordos, extensivos a todas as valências disponíveis no Hospital: i) Imprensa Nacional - Casa da Moeda, SA; ii) Associação para o Apoio da Constituição dos Muçulmanos Shia Imami Ismailis; iii) Aduantage Saúde; iv) Serviços Sociais da GNR.

Além destes novos acordos, foram negociados, ao longo do ano, a Convenção da ADSE, também aplicada à Polícia de Segurança Pública (PSP), Guarda Nacional Republicana (GNR) e Instituto de Ação Social das Forças Armadas (IASFA), que consistiu na alteração substancial dos atos médicos incluídos e respetivos preços.

Em 2021 foram também celebrados acordos temporários. É o caso do Acordo com a Joaquim Chaves Saúde, para utilização do Bloco Operatório pelas próprias equipas cirúrgicas e prestação de cuidados de saúde em internamento, durante o encerramento, por motivo de obra, da Clínica Europa. No universo do Serviço Nacional de Saúde (SNS), na sequência da adjudicação, através

de procedimentos concursais, foram fechados acordos com o Centro Hospitalar do Oeste, para serviços de cirurgia e assistência hospitalar na área da Ortopedia e com o Hospital Fernando da Fonseca para tratamentos, na área da Radiologia de Intervenção. Ainda no âmbito do SNS, concretamente do Programa SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Lista de Espera para Cirurgia, foi celebrada Convenção com a Administração Regional de Saúde do Alentejo e a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT). Estão convenionados procedimentos cirúrgicos de múltiplas especialidades, como seja cirurgias geral, cardiorádica, bariátrica, vascular e de oftalmologia.

Iniciaram-se também, em 2021, as negociações com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para prestação de cuidados de saúde em especialidades, em regime ambulatorio e cirúrgico, mas o acordo só viria a ser fechado já em 2022.

Acordo não renovado

O Acordo com a Diauerum - Investimentos e Serviços, Lda. tem como objeto o tratamento e recuperação dos acessos vasculares dos doentes insuficientes renais crónicos. Tendo em conta o termo do mesmo, em 09.04.2022, foi iniciada a renegociação, ainda no ano de 2021.

Apesar dos volumes de produção e faturação gerados pelo Acordo, a sua rentabilidade registava valores negativos insuportáveis para o Hospital, impondo, por conseguinte, uma atualização dos preços que, no mínimo, permitisse recuperasse o equilíbrio financeiro. A Diauerum solicitou diversas propostas e modalidades de preços, unitários e compreensivos, mas, no final, optou por transferir a atividade para outra unidade concorrente do HCV.

2.6 Investimentos

Face à difícil situação financeira, o volume de investimentos realizado ao longo de 2021 foi, naturalmente, diminuto, apresentando uma redução de cerca de 50% face ao ano anterior.

01
137.
M.F.
C.P.

(em euros)	2021
Mobiliário	15 079,67
Aparelhagem e material médico-cirúrgico	8 338,90
Outro material, aparelhos, utensílios e instalações de uso específico	159 361,45
Refeitórios e cozinhas privativas	19 069,70
Computadores	33 761,45
Outros	11 169,05
	246 780,22

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature at the top, the number '7.', and initials 'M.F.' and 'C.P.' below.

O HCV tem efetuado um contínuo investimento, na sua atualização ao nível tecnológico, apetrechando no ano em apreço, os seus serviços com um investimento superior a 246 000 euros, com destaque para o equipamento médico nomeadamente na Gastroenterologia, no Bloco Operatório 5 e na Unidade de Cuidados Intensivos (UCI), que corresponde a 68% do investimento verificado no corrente exercício.

É de realçar ainda o investimento no Ativo fixo tangível já a decorrer no início de 2022, relativo às instalações administrativas no perímetro do HCV, de forma a otimizar e melhorar o serviço aos utentes, que se cifra à data em 618 782 euros.

2.7 Recursos Humanos

Em termos de Recursos Humanos, o acréscimo significativo no número de colaboradores, que subiu de 438 para 485, fica a dever-se, apenas e só, à integração no HCV dos trabalhadores que ali vinham prestando serviço por intermédio da Seruihospital (empresa instrumental da CVP – Sociedade de Gestão Hospitalar, SA, ao abrigo de um Contrato-Quadro de Prestação de Serviços, entretanto modificado. Assim, em função do referido, o HCV integrou nos seus quadros 58 (cinquenta e oito) daqueles trabalhadores da Seruihospital.

CP
v;
B. 7.
M.F.

Mapa de colaboradores HCV (comparação dezembro 2020 – dezembro 2021)

Grupo profissional	HCV 2020				HCV 2021				EVOLUÇÃO			
	CT	CPS	TOTAL	%	CT	CPS	TOTAL	%	CT	CPS	TOTAL	%
Médicos	16	50	66	15%	19	46	65	13%	3	-4	-1	-1,52%
Enfermeiros	77	2	79	18%	97	1	98	20%	20	-1	19	24,05%
Auxiliares	57		57	13%	85		85	18%	28	0	28	49,12%
Técnicos de Saúde	46	20	66	15%	45	19	64	13%	-1	-1	-2	-3,03%
Área Administrativa - Apoio à Gestão e Apoio Operacional	148	1	149	34%	148	1	149	31%	0	0	0	0,00%
Serviços Gerais e Manutenção	21		21	5%	24		24	5%	3	0	3	14,29%
	365	73	438	100%	418	67	485	100%	53	-6	47	10,73%

Na realidade, o ano de 2021 dá sequência ao que em 2020 se verificara um decréscimo global de 6,41% no número de colaboradores (de 468 para 438), num acentuar da tendência que vinha dos anos anteriores: em 2019 verificara-se um decréscimo global de 1,27% no número de colaboradores (de 474 para 468), e em 2018 um decréscimo de 2,3% relativamente a 2017.

A distribuição do número de colaboradores pelas várias áreas profissionais em dezembro de 2021 denota que cerca de 64% do pessoal está ligado diretamente à atividade clínica (secretariados clínicos excluídos) e 36% nas áreas de apoio administrativos (Back Office e Front Office), serviços gerais e manutenção.

Entradas e saídas de trabalhadores

Em 2021 e no que se refere a trabalhadores por conta de outrem, verificaram-se, entre HCV e Servi Hospital, 60 entradas e 69 saídas, distribuídas em conformidade com o seguinte quadro.

Grupo Profissional	Admissões	Saídas	Saldo
Enfermagem	23	23	-
Auxiliares de ação médica	17	28	-11
Outros	20	18	2
TOTAL	60	69	-9

Estes dados, organizados nos indicadores de gestão, mostram uma taxa de reposição de apenas 87% e um *turnover* de 14%. Este indicador evidencia uma maior estabilidade nos recursos humanos do Hospital, com um valor bem inferior aos anos anteriores, entre 18 e 20%.

A Seruihospital, em novembro de 2021, apresentava no seu quadro de pessoal, 66 trabalhadoras, dos quais 35 auxiliares de ação médica e 30 enfermeiros. Por razões de equidade, justiça e transparência na gestão foi decidida a sua integração nos quadros do Hospital.

A 31 de dezembro de 2021, 59 trabalhadores estavam integrados no quadro do HCV, prevendo-se que os restantes o integrassem ao longo do 1.º trimestre de 2022.

Resumo do processo de caducidade do AE e adesão aos IRCT da APHP

O ano de 2021 foi o ano em que o HCV concluiu o processo de caducidade do Acordo de Empresa, iniciado em 2016.

O Hospital Cruz Vermelha era o único hospital privado que se encontrava sujeito a uma contratação coletiva claramente desajustada da realidade do mercado. Razão pela qual o Acordo de Empresa funcionava como um fator limitador e constrangedor, colocando-o em situação de verdadeira concorrência desleal, na medida em que o obrigava a suportar uma estrutura de custos com pessoal bastante menos flexível que a dos seus concorrentes diretos.

Assim, sem prejuízo de manutenção dos efeitos decorrentes da caducidade dos Instrumentos de Regulamentação Coletiva previstos na Lei, e naturalmente rigorosamente respeitados pelo HCV, o Acordo de Empresa deixou assim produzir efeitos em 30.10.2021.

Conforme consta da comunicação aos trabalhadores, no futuro, aplicar-se-ão os instrumentos de regulamentação coletiva aplicáveis aos membros da Associação Portuguesa da Hospitalização Privada (APHP), associação de empregadores a que o HCV aderiu recentemente.

O processo encontra-se concluído, mantendo-se a contestação dos Sindicatos, que agendaram um período de greve, que teve lugar em 14 de dezembro de 2021, e que teve a adesão global de 21% dos trabalhadores, mais expressiva nos grupos profissionais dos enfermeiros, 52%, e auxiliares de ação médica, 54%.

Já em 2022, os Sindicatos lançaram mão de mecanismo de resolução de conflitos coletivos de trabalho, qual seja o da Conciliação, cuja reunião teve lugar no passado dia 23/02/2022, e que, face às posições assumidas pelas partes, foi encerrado, sem acordo.

Valorizações remuneratórias

Apesar das fortes restrições motivadas pela situação financeira, as contingências de mercado impuseram algumas valorizações remuneratórias. As de maior impacto nos custos foram o aumento no custo das escalas de urgência dos médicos, com um acréscimo de 227.880€ face ao ano anterior, o aumento dos custos com “prevenções” de enfermeiros e auxiliares do Bloco

Operatório e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutico, no valor anual de 85.586 € e ainda o acréscimo salarial dos médicos anestesistas, no montante global de 29.000 €.

2.8 Aplicação dos Resultados

O resultado líquido do exercício de 2021 totalizou 6 721 699,15 euros negativos, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras seguidamente apresentadas.

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração vem propor aos Senhores Acionistas a sua transferência para Resultados Transitados.

Lisboa, 13 de abril de 2022

O Conselho de Administração



Edmundo Martinho



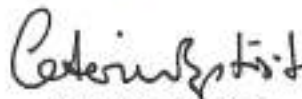
José Donato Ramos



Tiago Mateus



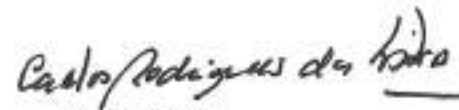
Francisco Ramos



Catarina Baptista



Manuel Teixeira



Carlos Silva

Handwritten notes in blue ink, including a signature and the number 7.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

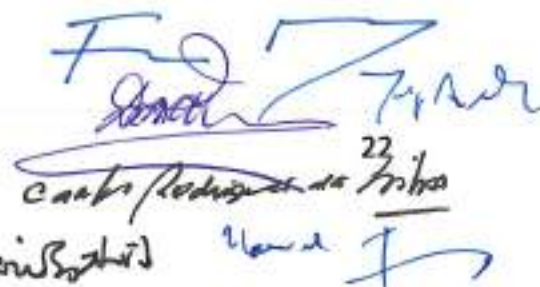
	Notas	31/dez/21	31/dez/20
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	14 477 985	15 126 159
Ativos intangíveis	7	6 606	8 265
Participações financeiras - método eq. patr.	8	4 336 753	4 293 787
Outros investimentos financeiros	9	167 853	152 629
Créditos a receber	26	153 278	360 853
Ativos por impostos diferidos	10	7 194 266	5 237 899
Total do ativo não corrente		26 336 740	25 179 590
Ativo corrente			
Inventários	11	996 395	1 226 382
Clientes	12	13 692 293	17 259 138
Adiantamentos a fornecedores	21	34 809	102 270
Estado e outros entes públicos	23	207 783	279 529
Outros créditos a receber	13	1 123 348	927 046
Diferimentos	14	18 355	20 706
Caixa e depósitos bancários	4	107 438	45 225
Total do ativo corrente		16 180 420	19 860 295
Total do Ativo		42 517 160	45 039 885
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	15	2 500 000	2 500 000
Reservas legais	17	559 674	559 674
Outras reservas	17	234 621	234 621
Resultados transitados		(3 646 790)	3 671 575
Ajustamentos/ outras variações no capital próprio	16	156 694	158 263
Resultado líquido do período		(6 721 699)	(7 318 365)
Total do capital Próprio		(6 917 500)	(194 232)
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	18	382 734	337 196
Financiamentos obtidos	19 e 20	24 434 774	21 315 433
Total do passivo não corrente		24 817 508	21 652 629
Passivo Corrente			
Fornecedores	21	7 800 681	9 019 419
Adiantamentos de clientes	12	204 346	292 925
Estado e outros entes públicos	23	398 636	377 255
Financiamentos obtidos	19 e 20	10 585 372	8 172 425
Outras dívidas a pagar	22	5 610 452	5 601 797
Diferimentos	24	17 667	117 667
		24 617 153	23 581 488
Total passivo		49 434 661	45 234 118
Total capital próprio e passivo		42 517 160	45 039 885

O Contabilista Certificado



A Administração



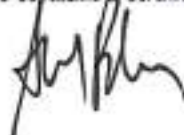

 Catarina Rodrigues da Silva
 22
 Catarina Rodrigues da Silva

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	27	22.854.671	22.026.584
Subsídios à exploração	35	3.549	-
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreend. conjuntos	8	232.989	411.883
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11	(5.370.983)	(5.039.937)
Fornecimentos e serviços externos	28	(13.341.103)	(13.592.274)
Gastos com o pessoal	29	(10.666.158)	(10.071.904)
Imparidade de inventário (perdas/reversões)	11	(7.829)	(4.122)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12	(749.245)	(752.491)
Provisões (aumentos/reduções)	18	(72.769)	(194.863)
Outros rendimentos	30	1.145.519	1.019.571
Outros gastos	31	(399.445)	(965.289)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(6.370.804)	(7.153.842)
Gastos/reversões de depreciações e de amortização	32	(1.403.023)	(1.430.417)
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(7.773.828)	(8.584.259)
Juros e rendimentos similares obtidos	33	213	72.347
Juros e gastos similares suportados	34	(890.887)	(1.015.663)
Resultado antes de impostos		(8.664.502)	(9.527.574)
Imposto sobre o rendimento do período	10	1.942.803	2.209.210
Resultado líquido do exercício		(6.721.699)	(7.318.365)
Resultado líquido do exercício atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		(6.721.699)	(7.318.365)
		(6.721.699)	(7.318.365)
Resultado por ação básico		(13,44)	(14,64)

O Contabilista Certificado



A Administração

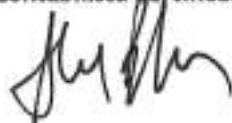


Carlos Rodrigues dos Santos
Mário F.
Celeniteid

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020
(Montantes expressos em Euros)

	2021	2020
Actividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	25.483.691	26.884.747
Pagamentos a Fornecedores	(19.126.686)	(17.720.464)
Pagamentos ao Pessoal	(10.368.965)	(10.102.248)
Pagamentos Relativos a Imposto sobre o Rendimento	(13.564)	(22.191)
Pagamentos/Recebimentos Relativos a Rubricas Operacionais	616.957	1.003.512
	<u>(3.408.567)</u>	<u>43.355</u>
Actividades de Investimento		
Recebimentos Respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	-	-
Imobilizações Corpóreas	-	-
Juros e proveitos e similares	213	72.347
Dívidenos	188.454	-
	<u>188.667</u>	<u>72.347</u>
Pagamentos Respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	(15.224)	(12.822)
Activos tangíveis	(507.160)	(928.866)
Activos intangíveis	-	-
	<u>(522.384)</u>	<u>(941.688)</u>
Actividades de Financiamento		
Recebimentos Provenientes de:		
Empréstimos obtidos	8.728.191	3.531.552
	<u>8.728.191</u>	<u>3.531.552</u>
Pagamentos Respeitantes a:		
Amortizações de Empréstimos	(3.611.046)	(2.217.606)
Juros e custos similares	(1.312.648)	(1.015.663)
	<u>(4.923.694)</u>	<u>(3.233.269)</u>
Variação de Caixa e Equivalentes	<u>62.213</u>	<u>(527.702)</u>
Caixa e Equivalentes no início do Exercício	<u>45.225</u>	<u>572.927</u>
Caixa e Seus Equivalentes no final do Exercício	<u>107.438</u>	<u>45.225</u>

O Contabilista Certificado



A Administração



António Rodrigues da Silva
24/12/2021
Caterina Brito

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Montantes expressos em Euros)

Capital próprio atribuído aos detentores de capital da empresa-mãe											
	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajust em activos financeiros	Outras revalorizações no capital	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	15, 16, 17	2.500.000	559.674	234.621	3.671.575	196.263	-	(7.318.365)	(194.232)	-	(194.232)
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variáveis dos excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Efeitos de variações em capitais próprios de participadas	8	-	-	-	-	(1.569)	-	-	(1.569)	-	(1.569)
Outras alterações reconhecidas no capital próprio:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aplicação dos resultados do exercício de 2020		-	-	-	(7.318.365)	-	-	7.318.365	-	-	-
Outras variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	(7.318.365)	(1.569)	-	7.318.365	(1.569)	-	(1.569)
		-	-	-	-	-	-	(6.721.699)	(6.721.699)	-	(6.721.699)
		-	-	-	-	-	-	596.666	(6.723.268)	-	(6.723.268)
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	15, 16, 17	2.500.000	559.674	234.621	(3.646.790)	156.694	-	(6.721.699)	(6.917.500)	-	(6.917.500)

O anexo faz parte integrante desta demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

O Contabilista Certificado




Capital próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe

	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajust. em activos financeiros	Outras variações no capital	Resultado líquido do exercício	Total	Interesses minoritários	Total de capital próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	15, 16, 17	2.500.000	599.674	234.621	7.529.788	194.468	-	(3.858.213)	7.160.338	-	7.160.338
Alterações de políticas contabilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variações das excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos por impostos diferidos		-	-	-	-	(36.206)	-	-	(36.206)	-	(36.206)
Efeito de variações em capitais próprios de participadas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	-	-	-	-	3.858.213	-	-	-
Aplicação dos resultados do exercício de 2019		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações		-	-	-	(3.858.213)	(36.206)	-	3.858.213	(36.206)	-	(36.206)
		-	-	-	-	-	-	(7.318.365)	(7.318.365)	-	(7.318.365)
		-	-	-	-	-	-	(3.460.152)	(7.354.570)	-	(7.354.570)
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realizações de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	15, 16, 17	2.500.000	599.674	234.621	3.671.375	158.263	-	(7.318.365)	(194.232)	-	(194.232)

Handwritten signature and initials in blue ink.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large stylized signature at the top, followed by 'B', '7.', 'F', and 'CP'.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1. Nota Introdutória

A CVP- Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A. ("CVP-SGH"), é uma sociedade anónima, constituída em 1998, em Lisboa.

A CVP-SGH tem por objeto a gestão e exploração de unidades de saúde, bem como a prestação de serviços hospitalares, podendo ainda participar em sociedades cujo objeto seja similar ou complementar da atividade por si prosseguida.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 27 de abril de 2022, estando ainda sujeitas a apreciação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

É entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, a sua posição e desempenho financeiros, bem como os fluxos de caixa gerados no período.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2010, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro ("NCRF") e normas interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nas Portarias 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, os quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilístico ("SNC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "NCRF".

2.2 Disposições do SNC derrogadas no exercício

No exercício corrente não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Não obstante as demonstrações financeiras evidenciarem uma situação financeira frágil, com capitais próprios negativos e resultados igualmente negativos gerados nos últimos anos, os dois acionistas de referência, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Parpública, procederam, em articulação com o Conselho de administração, à elaboração de um plano de orientação estratégica para o Hospital Cruz Vermelha, visando a sua revitalização e sustentabilidade a médio e longo prazo, que envolve, designadamente, o compromisso da sua recapitalização, visando não só assegurar a continuidade da atividade, mas também permitir conter o nível de endividamento e a realização de novos investimentos, conjugado com a implementação de um quadro estratégico de recuperação operacional, assente no aumento das receitas e otimização de custos.

Por esta razão, o Conselho de Administração, sustentado igualmente na posição que lhe tem sido transmitida pelos seus acionistas, entende que está assegurado o cumprimento dos pressupostos necessários para a assunção do princípio da continuidade das operações que foi assumido na elaboração das demonstrações financeiras.

3.2 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em associadas e subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos capitais próprios das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos, na demonstração dos resultados, as perdas por imparidade que se demonstre existirem.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados das subsidiárias e associadas excede o valor pelo qual o respetivo investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da

0,1
Q
7.
a.
F
F
C3p

entidade, casos em que as perdas adicionais determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a subsidiária ou associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

3.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação/operação dos mesmos, que a Empresa espera vir a incorrer.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alterações a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e o valor líquido contabilístico do ativo, sendo reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature at the top, the letter 'A', the number '7', and other illegible marks.

são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de forma a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

3.5 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis registados referem-se a licenças de software e são registados ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos respetivos ativos.

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.6 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Sempre que exista algum indicador de que os ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável, a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo, ou da unidade geradora de caixa, consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.



7.




A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados, na respetiva rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.7 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros são registados em rubricas de acréscimos, integradas em Outras Contas a Pagar e a Receber.

As despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de Diferimentos.

3.8 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultados de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Handwritten notes:
C. 1. 1.
7.
M. F.
f
Op

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis. Porém, tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal (i) e (iii) a Empresa tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.9 Inventários

Os inventários respeitam, essencialmente, a medicamentos e outros materiais de consumo clínico e são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado, deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a sua venda. O método de custeio das matérias-primas, subsidiárias e de consumo é o do custo médio ponderado de aquisição.

Os ajustamentos para inventários incluem o valor dos materiais considerados obsoletos e dos artigos sem rotatividade durante o último exercício.



3.10 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados ao custo ou ao custo amortizado.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e


B
7.
M. F.

CP

- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro, ou um passivo financeiro, é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade e menos qualquer redução quanto à imparidade ou incobrabilidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros reconhecidos ao custo incluem:

- Clientes;
- Adiantamentos a fornecedores;
- Outras contas a receber;
- Acionistas/sócios;
- Financiamentos concedidos (outros ativos financeiros);
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Financiamentos obtidos.

Não foram reconhecidos quaisquer ativos ou passivos ao custo amortizado.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including a signature and the initials "Op".

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre o valor líquido contabilístico do ativo e a melhor estimativa do justo valor desse ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados, na rubrica "Perdas por imparidade", no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade". Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registadas em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.11 Subsídios recebidos

Os subsídios apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios de entidades públicas, nacionais ou comunitárias, associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são inicialmente reconhecidos no capital próprio, enquanto os subsídios recebidos de entidades privadas são registados inicialmente na rubrica de "rendimentos diferidos". Subsequentemente, estes subsídios são imputados numa base sistemática como


19
7.
M.F.
K
CP

rendimentos do exercício, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

Outros subsídios recebidos são reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios recebidos que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.12 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato os itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio resultantes dessas atualizações são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.13 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato sendo ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As provisões para reestruturação são reconhecidas apenas quando a Empresa desenvolve um plano formal detalhado de reestruturação e inicia a implementação do mesmo ou anuncia as suas principais componentes aos afetados pelo mesmo. Na mensuração da provisão para reestruturação são apenas considerados os dispêndios que resultam diretamente da implementação do correspondente plano, não estando, conseqüentemente, relacionados com as atividades correntes da Empresa.

Handwritten notes in blue ink on the right margin, including a box around the number 0.1, a checkmark, and the initials 'CP' at the bottom.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito é registado líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associadas à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;

- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a smaller one below it, and the initials 'M.F.' and 'C.F.' further down.

O réditto de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.15 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos na data em que são incorridos.

3.16 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.17 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras referem-se, sobretudo:

- Ao montante das provisões registadas para processos judiciais em curso, sendo que as mesmas decorrem da estimativa que a Empresa e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade;
- Ao valor das perdas por imparidade registadas para contas a receber, tendo estas sido apuradas com base em critérios económicos e fiscais, bem como da expectativa de cobrança decorrente de acordos realizados com clientes. Desta análise resulta o reconhecimento de perdas por imparidades acumuladas no montante de 8.752.894 euros (7.976.417 euros em 2020), dos quais 4.154.745 euros (4.154.745 euros em 2020) referem-se à dívida do cliente ARSLVT – Acordo de Cooperação.

Handwritten notes and signatures in the right margin, including a box around the top right, and initials like 'B', 'M.F.', and 'CP'.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, em caixa e seus equivalentes inclui-se numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses).

O caixa e seus equivalentes, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, têm a seguinte composição:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Numerário	8.691	9.902
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	98.747	35.323
Aplicações de tesouraria	-	-
Caixa e seus equivalentes	<u>107.438</u>	<u>45.225</u>

5. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Exercício 2021							
	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo final 31.12.2020	14.759.828	25.205.145	324.395	2.152.348	359.132	-	42.800.848
Aquisições	3.655	194.213	-	48.019	82	618.782	865.562
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de prop. investimento	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(141.182)	(45.013)	(48.938)	(113.548)	(2.816)	-	(351.476)
Reavaliações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final 31.12.2021	14.622.322	25.354.345	275.456	2.087.421	356.409	618.782	42.314.935
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo final 31.12.2020	8.468.043	16.581.895	266.453	2.015.668	342.630	-	27.674.690
Depreciações do exercício	374.076	989.425	8.530	48.000	2.936	-	1.400.107
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(88.087)	(84.677)	(21.411)	(112.875)	(2.816)	-	(237.846)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final 31.12.2021	8.754.032	17.506.643	253.572	1.947.879	342.804	-	28.836.930
Ativo líquido em 31.12.2021	5.868.290	7.847.702	21.884	139.542	13.605	618.782	14.477.985

Exercício 2020							
	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. transporte	Equipam. Administ.	Outros ativos fixos	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Ativo bruto:							
Saldo final 31.12.2019	14.721.238	24.828.180	324.395	2.229.122	360.138	-	42.443.072
Aquisições	38.816	407.401	-	7.475	385	-	454.086
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Transferências de prop. investimento	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(25)	(27.328)	-	(85.158)	(1.393)	-	(113.904)
Reavaliações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	(3.108)	-	709	22	-	(2.377)
Saldo final 31.12.2020	14.759.828	25.205.145	324.395	2.152.348	359.132	-	42.800.848
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:							
Saldo final 31.12.2019	8.090.980	15.834.546	254.845	2.060.080	340.622	-	26.381.132
Depreciações do exercício	377.088	975.039	11.588	40.037	3.539	-	1.407.692
Perdas por imparidade do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de perdas por imparidade	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-
Abates	(25)	(26.950)	-	(85.299)	(1.393)	-	(113.667)
Outras variações	-	(740)	-	851	22	-	132
Saldo final 31.12.2020	8.468.042	16.581.895	266.453	2.015.668	342.630	-	27.674.690
Ativo líquido em 31.12.2020	6.291.786	8.623.250	57.942	138.680	14.502	-	15.126.159

Salienta-se que os montantes registados na rubrica “Edifícios e outras construções” referem-se a obras e beneficiações realizadas nas instalações do Hospital, cujo edifício é propriedade da Cruz Vermelha Portuguesa.

No contrato de compra e venda de ações, assinado no final de 2020, entre a Cruz Vermelha Portuguesa e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ambas concordaram na alteração dos

termos do contrato de cessão de exploração celebrado com a Cruz Vermelha Portuguesa, prorrogando o prazo do mesmo até 31 de dezembro de 2050, e limitando o direito de reversão a um conjunto limitado de equipamentos devidamente identificados, que no final do período de exploração, se apresentarem valor líquido positivo deverão ser transferidos para esta entidade pelo respetivo montante de aquisição, líquido de depreciações e imparidades acumuladas registadas.

O saldo da rubrica de Ativos Fixos Tangíveis em Curso respeita à construção de um conjunto de estruturas modulares onde será instalado um Edifício Administrativo.

[Handwritten notes and signatures in blue ink, including a box around a signature and initials like 'B7', 'M.F.', and 'CP']

Vidas úteis e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com o método das quotas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos	
	Taxas máximas	Taxas mínimos
Edifícios e outras construções	4 a 20	8 a 40
Equipamento básico	3 a 20	6 a 40
Equipamento de transporte	4 a 8	8 a 16
Equipamento administrativo	3 a 20	6 a 40
Outros ativos fixos	4 a 20	8 a 40

Os bens cuja vida útil se prolonga para além da duração do contrato de cessão de exploração do Hospital Cruz Vermelha são depreciados de acordo com os critérios anteriormente definidos, uma vez que a reversão para a Cruz Vermelha Portuguesa, de acordo com o contrato de cessão de exploração, será pelo seu valor líquido à data da reversão.

As depreciações do exercício, no montante de 1.162.260 euros (1.293.557 euros em 2020), foram registadas na rubrica de "gastos de depreciações e amortizações".

7. Ativos Intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Handwritten notes and signatures:
 07.
 2. J
 CP

Exercício 2021				
	Propr. Ind. e Outros Direitos	Software	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo bruto:				
Saldo final 31.12.2020	-	753.885	-	753.885
Aquisições	-	-	-	-
Abates	-	(398)	-	(398)
Outras variações	-	-	-	-
Saldo final 31.12.2021	-	753.487	-	753.487
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo final 31.12.2020	-	745.620	-	745.620
Depreciações do exercício	-	1.659	-	1.659
Abates	-	(398)	-	(398)
Outras variações	-	-	-	-
Saldo final 31.12.2021	-	746.881	-	746.881
Ativo líquido em 31.12.2021	-	6.606	-	6.606

Exercício 2020				
	Propr. Ind. e Outros Direitos	Software	Outros ativos intangíveis	Total
Ativo bruto:				
Saldo final 31.12.2019	-	743.961	-	743.961
Aquisições	-	15.434	-	15.434
Abates	-	-	-	-
Outras variações	-	(5.510)	-	(5.510)
Saldo final 31.12.2020	-	753.885	-	753.885
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo final 31.12.2019	-	742.253	-	742.253
Depreciações do exercício	-	3.367	-	3.367
Abates	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-
Saldo final 31.12.2020	-	745.620	-	745.620
Ativo líquido em 31.12.2020	-	8.265	-	8.265

Os ativos intangíveis de vida útil finita são depreciados de acordo com método de depreciação de taxas constantes durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogênea	Anos	
	Taxas máximas	Taxas mínimas
Programas de computador (Software)	3	6

As depreciações do exercício foram registadas na rubrica de “gastos de depreciações e amortizações”.

8. Participações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a CVP-SGH detém os seguintes investimentos em participações financeiras:

	Valor Participação	Imparidade	Saldo em 31.12.2021	Últimas contas aprovadas:				
				% Part	Total Ativo	Capital Próprio	Res. Líq. Exercício	Ano
Investimentos em subsidiárias								
Serúhospitol	1.002.739	-	1.002.739	100,00%	1.327.968	1.002.739	22.905	2021
	1.002.739	-	1.002.739					
Investimentos em associadas								
Sociedade Portuguesa de Ressonância Magnética	101.331	-	101.331	26,00%	405.643	389.735	(2.176)	2021
Soc Portuguesa de Diálise	3.232.682	-	3.232.682	14,90%	25.642.601	21.695.853	1.413.752	2021
	3.334.013	-	3.334.013					
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	4.336.753	-	4.336.753					

	Valor Participação	Imparidade	Saldo em 31.12.2020	Últimas contas aprovadas:				
				% Part	Total Ativo	Capital Próprio	Res. Líq. Exercício	Ano
Investimentos em subsidiárias								
Serúhospitol	979.834	-	979.834	100,00%	1.669.665	979.834	290.300	2020
	979.834	-	979.834					
Investimentos em associadas								
Sociedade Portuguesa de Ressonância Magnética	102.787	-	102.787	26,00%	502.177	395.334	(317.254)	2020
Soc Portuguesa de Diálise	3.211.166	-	3.211.166	14,90%	26.956.779	21.551.449	1.271.922	2020
	3.313.953	-	3.313.953					
TOTAL DE PARTICIPAÇÕES PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	4.293.787	-	4.293.787					

No final de exercício a participada Sociedade Portuguesa de Ressonância Magnética encontrava-se em liquidação.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 o movimento ocorrido nas rubricas “Participações financeiras”, bem como das respetivas perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Exercício de 2021						
	Nota	Outros métodos			Total	
		Método equi. patrimonial	Justo valor	Custo		
Saldo inicial		4.293.787	-	-	4.293.787	
Aquisições		-	-	-	-	
Alienações		-	-	-	-	
Transferências		-	-	-	-	
Ajustamentos partes capital	16	(1.569)	-	-	(1.569)	
Dividendos		(188.454)	-	-	(188.454)	
Resultados de equivalência patrimonial		232.989	-	-	232.989	
Saldo final		4.336.753	-	-	4.336.753	
Perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial		-	-	-	-	
Perdas por imparidade do exercício		-	-	-	-	
Alienações		-	-	-	-	
Transferências		-	-	-	-	
Outras variações		-	-	-	-	
Saldo final		-	-	-	-	
		4.336.753	-	-	4.336.753	

Exercício de 2020						
	Nota	Outros métodos			Total	
		Método equi. patrimonial	Justo valor	Custo		
Saldo inicial		3.918.110	-	-	3.918.110	
Aquisições		-	-	-	-	
Alienações		-	-	-	-	
Transferências		-	-	-	-	
Ajustamentos partes capital	16	(36.206)	-	-	(36.206)	
Dividendos		-	-	-	-	
Resultados de equivalência patrimonial		411.883	-	-	411.883	
Saldo final		4.293.787	-	-	4.293.787	
Perdas por imparidade acumuladas:						
Saldo inicial		-	-	-	-	
Perdas por imparidade do exercício		-	-	-	-	
Alienações		-	-	-	-	
Transferências		-	-	-	-	
Outras variações		-	-	-	-	
Saldo final		-	-	-	-	
		4.293.787	-	-	4.293.787	

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, registaram-se em "Ganhos / (perdas) imputados de subsidiárias e associadas" os seguintes montantes:

	Exercício 2021	Exercício 2020
Gastos e perdas		
Aplicação do método de equi patrimon	(566)	(67.550)
Rendimentos e ganhos		
Aplicação do método de equi patrimon	233.554	479.432
	<u>232.989</u>	<u>411.883</u>

9. Outros Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Outros investimentos financeiros" tem a seguinte composição:

Natureza	Nota	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Emprestimos concedidos:			
A empresas subsidiarias			
Seruihospital	26	70.028	70.028
Outros activos financeiros			
Lisgarante		32.420	32.420
Fundo Compensação Trabalho		65.405	50.181
TOTAL		167.853	152.629

O empréstimo concedido à subsidiária Seruihospital não é remunerado e não tem prazo de vencimento definido.

Os outros investimentos financeiros correspondem a 32.420 ações da sociedade Lisgarante de valor nominal de 1 euro depositadas nas instituições bancárias Caixa Geral de Depósitos (10.000 ações) e Millennium BCP (22.420 ações) e a contribuições para o Fundo de compensação do trabalho no montante de 65.405 euros, correspondente a 57.987 unidades de participação reconhecidas pelo montante das entregas e reembolsos realizados, mas cujo justo valor no final de 2021 ascende a 67.575 euros.

10. Imposto sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Esta taxa é incrementada em 1,5% pela aplicação da Derrama.

Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2014 os lucros tributáveis que excedam os 1.500 milhares de Euros e até 7.500 milhares de Euros são sujeitos a derrama estadual à taxa de 3%, quando é superior a 7.500 milhares de euros e até 35.000 milhares é aplicada uma taxa de 5%, quando é superior a esse montante ficam sujeitos a derrama estadual à taxa de 9%, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

Nos termos do artigo 88º do CIRC a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2021 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos são reportáveis de acordo com a seguinte calendarização:

		Período de reporte e respetivos limites												
		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Ano em que são gerados os prejuízos fiscais	2014		x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)					
	2015		x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)				
	2016		x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)			
	2017		x (1)	x (1)	x (1)									
	2018		x (1)	x (1)	x (1)	x (1)								
	2019		x (1)	x (1)	x (1)	x (1)	x (1)							
	2020	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	
	2021		x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)	x (2)

(1) Dedução dos prejuízos fiscais limitada a 70% do lucro tributável

(2) Dedução dos prejuízos fiscais limitada a 80% do lucro tributável

A partir de 1 de janeiro de 2014, a dedução dos prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2014, fica limitada a 70% do lucro tributável apurado no período em que seja realizada a dedução. O referido limite foi aumentado para 80% relativamente aos prejuízos fiscais apurados nos períodos de tributação de 2020 e 2021.

De referir ainda que, a partir de 1 de janeiro de 2017, o período de reporte dos prejuízos fiscais iniciados nesta data ou após, reduziu de 12 para 5 anos. Em 2020, o prazo de reporte de prejuízos fiscais gerado passou novamente a ser de 12 anos, aplicável quer a grandes empresas, quer a pequenas e médias empresas.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

	Nota	2021	2020
I Imposto do exercício	24	(13.564)	(22.191)
<u>Gastos (projeitos) de impostos do exercício reconhecidos</u>			
II <u>neste exercício e anteriormente reconhecidos como impostos diferidos provenientes de:</u>			
Impostos diferidos pela reversão de diferenças temporárias			
Dívidas de cobrança duvidosa			
		(3.385)	(7.322)
		(3.385)	(7.322)
<u>Gastos (projeitos) de impostos não reconhecidos</u>			
III <u>anteriormente como impostos diferidos</u>			
Impostos diferidos com origem em diferenças temporárias			
Dívidas de cobrança duvidosa			
Prejuízos fiscais			
		1.959.752	2.238.723
IV Imposto diferido (II +/- III)		1.956.367	2.231.401
V		1.942.803	2.209.210

Impostos diferidos

Os ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, têm a seguinte composição:

(Handwritten signatures and initials)

	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020
IMPOSTOS DIFERIDOS ATIVOS		
Ajustamentos em inventários		-
Ajustamentos de clientes não aceites fiscalmente	1.044.856	1.048.241
Ajustamentos de Resultados Negativos	6.149.410	4.189.658
	7.194.266	5.237.899

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foi o seguinte:

	Ativos tangíveis	Provisões para riscos e encargos	Dívidas de cobrança duvidosa	Prejuízo fiscal	Total
Ativos por impostos diferidos:					
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	1.048.241	4.189.658	5.237.899
Imposto s/rendimento	-	-	(3.385)	1.959.752	1.956.367
Capital próprio	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	-	1.044.856	6.149.410	7.194.266

11. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os inventários da Sociedade têm a seguinte composição:

NATUREZA	31.12.2021		31.12.2020	
	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade
Mercadorias	31.791	-	26.668	-
Mat. Primas, subsid. consumo				
Produtos farmacêuticos	197.637	(4.843)	286.527	(3.528)
Material de consumo clínico	801.992	(57.148)	932.135	(51.194)
Produtos alimentares	-	-	-	-
Material de consumo hoteleiro	17.169	(2.862)	24.916	(2.727)
Material de consumo administrativo	17.742	(5.882)	18.498	(5.440)
Material de conservação e reparação	911	(111)	656	(129)
	1.067.242	(70.847)	1.289.399	(63.018)

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

Exercício de 2021			
	Mercadorias	Mat. Primas, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	26.668	1.262.732	1.289.399
Compras	-	5.381.891	5.381.891
Regularizações	5.124	(238.189)	(233.065)
Saldo final	31.791	1.035.451	1.067.242
Custo dos materiais consumidos	-	5.370.983	5.370.983

Exercício de 2020			
	Mercadorias	Mat. Primas, subsid. consumo	Total
Saldo inicial	35.323	936.106	971.429
Compras	-	5.752.256	5.752.256
Regularizações	(8.655)	(394.694)	(403.349)
Saldo final	26.668	1.262.732	1.289.399
Custo dos materiais consumidos	-	5.030.937	5.030.937

Perdas por imparidade

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foi como segue:

	Exercício 2021				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Mercadorias	-	-	-	-	-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	63.017	7.848	(19)	-	70.846
	<u>63.017</u>	<u>7.848</u>	<u>(19)</u>	<u>-</u>	<u>70.846</u>

	Exercício 2020				Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Utilizações	
Mercadorias			-	-	-
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	58.895	4.140	(18)	-	63.017
	58.895	4.140	(18)	-	63.017

Os aumentos e as reversões de perdas por imparidade de inventários dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, foram registrados por contrapartida da rubrica de "Imparidade de inventário (perdas/reversões)".

12. Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as dívidas de clientes têm a seguinte composição:

	Saldo em 31.12.2021			Saldo em 31.12.2020		
	Valor Bruto	Perdas por Imparidade	Quantia líquida	Valor Bruto	Perdas por Imparidade	Quantia líquida
Ativo Corrente:						
Clientes gerais c/c	11.091.632	(2.366.197)	8.725.435	13.889.557	(1.799.214)	12.090.343
Cliente ARSLVT	8.815.078	(4.154.745)	4.660.333	9.041.094	(4.154.745)	4.886.349
Clientes - partes relacionadas	59.315	-	59.315	33.836	-	33.836
Clientes gerais de cobrança duvidosa	2.479.162	(2.231.953)	247.209	2.271.068	(2.022.458)	248.610
	22.445.187	(8.752.894)	13.692.293	25.235.555	(7.976.417)	17.259.138
Passivo Corrente						
Adiantamentos de clientes gerais	(204.346)		(204.346)	(292.925)		(292.925)
Saldo líquido de clientes	22.240.842	(8.752.894)	13.487.948	24.942.630	(7.976.417)	16.966.213

Perdas por imparidade

O movimento ocorrido nas perdas por imparidade acumuladas de dívidas a receber, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foi como segue:

	Exercício 2021	Exercício 2020
Saldo inicial	7.976.417	7.223.926
Perdas	800.425	752.491
Reversões de perdas	-51.179	-
Utilização directa	27.232	-
Saldo final	8.752.895	7.976.417

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram reconhecidas, por contrapartida da rubrica de "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", gastos relativos a reforço de perdas por imparidade em dívidas a receber no montante de 800.425 euros (752.491 euros em 2020), bem como ganhos no montante de 51.179 euros, resultante de reversão de perdas por imparidade.

O saldo em dívida, por parte da ARSLVT - Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, relativo ao Acordo de Cooperação, no montante de 8.815.078 euros, respeita a um acordo cuja vigência cessou em 2013, encontrando-se reconhecida uma imparidade de 4.154.745 euros, a qual se manteve constante face ao reconhecido no exercício anterior.

O cálculo desta imparidade corresponde, em termos médios, a cerca de 47% do montante global em dívida, não obstante os nossos advogados entenderem que a probabilidade de sucesso, no âmbito de um processo de arbitragem, poderá oscilar entre 70% e 100%, consoante a origem das dívidas em causa.

Com efeito, os nossos advogados entendem que, sendo certo que todos os montantes em dívida decorrem de produção clínica efetivamente realizada para utentes referenciados pelo SNS, que não se encontra prescrita, não existem dívidas quanto aos direitos que assistem, por parte do Hospital, a ser ressarcido destes valores.

No decorrer de 2021, o Conselho de Administração continuou a procurar uma resolução para problema de forma amigável, consentânea com o enquadramento institucional do Hospital, todavia as mesmas revelaram-se infrutíferas.

Mantém-se a intenção do Conselho de Administração de, esgotada a possibilidade de obtenção de um consenso por via negocial, optar pela via litigiosa, que claramente não deseja, mas que terá de equacionar como inevitável, caso não disponha de outra alternativa.

Em face do exposto, terá de se reconhecer que paira alguma incerteza relativamente à realização do ativo associado à dívida de 8.815.078 euros, por parte da ARSLVT, relativa ao Acordo de Cooperação.

h,
B.7.
m.F.
CP

Outras informações

A antiguidade do saldo da rubrica "Clientes" em 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Natureza	<6 meses	6-12 meses	12-18 meses	18-24 meses	>24 meses	Diário em 31.12.2021	Perda Imparidade	Valor Liq. 31.12.2021
ARS - Acordo Cooperação	-	-	-	-	8.815.078	8.815.078	(4.154.745)	4.660.333
Hospitais Públicas	248.335	65.956	178.841	77.336	634.677	1.205.145	(49.618)	1.155.527
Subsistemas Públicos e Ihas	1.570.920	650	-	118	-	1.571.689	(20)	1.571.669
Seguradoras e Subsistemas Privados	917.613	271.981	137.065	80.621	106.804	1.514.083	(69.189)	1.444.894
Outras Entidades Privadas	852.016	87.151	49.227	645.294	4.391.002	6.024.690	(2.029.990)	3.994.700
Particulares	155.652	106.638	55.412	16.791	223.412	557.904	(211.299)	346.605
ARS Lisboa e Não Lisboa	365.426	252.302	7.829	8.549	4.730	638.836	(6.081)	632.755
Partes Relacionadas	47.578	7.860	3.877	-	-	59.315	-	59.315
Cobrança Duvidosa	17.561	239.914	51.978	34.216	1.510.434	1.854.102	(2.231.953)	(377.851)
	4.175.101	1.032.452	484.227	862.924	15.686.137	22.240.842	(8.752.894)	13.487.948

O prazo médio de recebimentos de clientes em 31 de dezembro de 2021 era de 358 dias (408 dias em 2020). Este prazo é fortemente influenciado pelos atrasos elevados dos clientes ARSLVT – Acordo de Cooperação e Clínica Girassol.

13. Outros Créditos a Receber

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica do ativo corrente "Outros créditos a receber" tem a seguinte composição:

	Nota	Valor Bruto 2021	Perdas por Imparidade	Valor Liq. 31.12.2021	Valor Bruto 2020	Perdas por Imparidade	Valor Liq. 31.12.2020
Pessoal	29	5.038	-	5.038	1.155	-	1.155
Devedores por acrésc. de rendimentos		625.110	-	625.110	489.483	-	489.483
Outros devedores diversos		493.200	-	493.200	436.407	-	436.407
		1.123.348	-	1.123.348	927.046	-	927.046

A rubrica de devedores por acréscimos de rendimentos decompõe-se da seguinte forma:

	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Rapela receber de fornecedores	121.818	90.557
Seguros	71.700	60.913
Serviços prestados a facturar	431.592	338.013
	625.110	489.483

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de "Outros devedores diversos" no montante de 436.407 euros, respeita na sua totalidade a adiantamentos concedidos ao Lar Militar. Em 2021, o saldo da rubrica respeita na sua totalidade à Cruz Vermelha Portuguesa. Esta entidade apresenta um valor em dívida no montante global de 646.478 euros, encontrando-se parte reconhecida como corrente (493.200 euros) e o restante (153.278 euros) como não corrente (Nota 26).

14. Diferimentos Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas do ativo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Seguros	9.950	13.245
Medicina no trabalho	-	-
Outros gastos diferidos	8.405	7.461
	18.355	20.706

15. Capital

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, o capital da Empresa era composto por 500.000 ações nominativas com o valor nominal de 5 euros, sendo detido pelos seguintes acionistas:

Accionistas:	Valor da participação	% Particip.
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	1.374.400	54,976%
Parública, Participações Públicas, SGPS, S.A.	1.125.000	45,000%
Manuel Pedro Dias de Magalhães	250	0,010%
António Sande e Castro Salgado	50	0,002%
António Augusto Sabbo	50	0,002%
Jorge Rodolfo Cabral de Campos	50	0,002%
José Nuno Farraia e Silva Meireles	50	0,002%
Luis Manuel de Vasconcelos Dias Cabral	50	0,002%
João Carlos Aires Pinho	50	0,002%
Maria Ana Sampaio Nunes e Sobral	50	0,002%
	2.500.000	100,000%

u/ [Handwritten signature]

[Handwritten signature]

M. F. [Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CP [Handwritten signature]

16. Ajustamentos em Ativos Financeiros

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros" apresentou o seguinte movimento conforme se apresenta:

	Exercício 2021	Exercício 2020
Saldo inicial	158.263	194.468
Variações em capitais	(1.569)	(36.206)
Saldo final	156.694	158.263

17. Reservas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as reservas apresentaram o seguinte movimento:

	Reserva legal	Reservas livres
Quantia em 31-12-2020	559.674	234.621
Aplicação de resultados de 2020	-	-
Quantia em 31-12-2021	559.674	234.621

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

A partir de 2011 a reserva legal constituída passou a representar cerca de 22% do capital pelo que não foram realizados mais reforços da mesma nos anos subsequentes.

O montante registado em reservas livres refere-se a gratificações relativas ao exercício de 2009, destinadas a colaboradores da Empresa, mas que não foram distribuídas.

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top, the number '7.', and initials 'M.F.' and 'A.C.' below.

18. Prouisões

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, verificaram-se os seguintes movimentos na rubrica de Prouisões:

	Saldo Inicial	Constituição e Aumentos	Utilizações	Reversões	Regularizações	Saldo Final
Processos judiciais em curso	337.196	72.769	(27.232)	-	-	382.734
	337.196	72.769	(27.232)	-	-	382.734

19. Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 têm a seguinte composição:

Nóbreza	Nota	Saldo em 31.12.2021			Saldo em 31.12.2020		
		Corrente	Não corrente	Dívida total	Corrente	Não corrente	Dívida total
Financiamentos bancários							
Empréstimo financeiro		4.370.909	8.697.691	13.068.601	1.566.443	4.623.867	6.190.310
Conta corrente caucionada		1.128.847	9.346.634	10.475.480	125.000	10.611.095	10.736.095
Descoberto bancário		-	-	-	-	-	-
		5.499.756	18.044.325	23.544.081	1.691.443	15.234.962	16.926.405
Locações financeiras	20	768.387	4.390.449	5.158.836	663.223	4.080.471	4.743.694
Contrato de Confirring		1.988.015	-	1.988.015	924.741	-	924.741
Contrato de factoring		2.329.215	-	2.329.215	4.893.018	-	4.893.018
Outros Financiamentos		-	2.000.000	2.000.000	0	2.000.000	2.000.000
		10.585.372	24.434.774	35.020.146	8.172.425	21.315.433	29.487.858

Salienta-se que alguns financiamentos obtidos decorrentes de contas correntes caucionadas contratadas foram classificadas como dívida não corrente, por ser entendimento do Conselho de Administração que as mesmas serão renovadas, não sendo por isso reembolsados num prazo de 12 meses.

Seguidamente apresenta-se o detalhe dos financiamentos obtidos, com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, contidos no quadro acima apresentado:

Handwritten notes and signatures:
 e, B
 7.
 F
 CP

Natureza do Empréstimo	Entidade	Vencimento	Perspectiva		Dívida Total
			Dívida > 1 Ano	C/Prazo	
Empréstimo financeiro	Millennium BCP	27.01.2023	2.950	44.599	47.549
		21.01.2023	2.579	12.427	15.006
		16.06.2025	137.855	61.419	199.274
		28.05.2024	115.906	86.321	202.227
		11.12.2024	346.365	189.251	535.615
		24.09.2023	204.399	289.251	493.650
		29.01.2023	9.015	136.256	145.270
		14.11.2024	1.017.234	20.878	1.038.111
		30.07.2025	647.002	250.009	897.011
	CGD	01.03.2023	120.942	-	120.942
		BIC	30.09.2023	2.000.000	-
	Santander	10.02.2023	11.910	82.193	94.103
		14.01.2024	52.310	44.540	96.850
		28.04.2026	1.298.077	201.923	1.500.000
		07.05.2026	433.962	66.038	500.000
		21.06.2022	-	1.250.416	1.250.416
		30.04.2025	297.186	135.390	432.576
		12.02.2022	-	1.500.000	1.500.000
	BPI	16.11.2026	2.000.000	-	2.000.000
EuroBIC		29.04.2022	750.000	-	750.000
Conta Corrente Caucionada	Santander	09.12.2022	1.570.000	-	1.570.000
	Millennium BCP	-	2.456.159	-	2.456.159
	BPI	31.03.2022	2.500.000	-	2.500.000
	BPA	01.10.2022	-	1.128.847	1.128.847
	CGD	25.01.2023	2.070.474	-	2.070.474
	07.06.2025	44.855	13.883	58.738	
Locações financeiras	Millennium BCP	15.03.2026	21.657	5.941	27.598
		25.06.2025	19.919	6.736	26.654
		Santander	01.10.2026	27.484	5.428
	Outros	-	339.283	101.549	440.832
	EuroBIC	25.04.2025	10.824	4.498	15.322
	BPI	25.09.2022	28.014	13.399	41.413
		25.07.2023	268.314	83.266	351.580
		25.01.2031	3.384.056	440.802	3.824.857
		20.05.2026	43.560	12.054	55.614
		10.04.2026	55.838	15.938	71.776
CGD	01.05.2025	47.909	18.853	66.762	
	20.01.2025	98.736	46.041	144.777	
	Factoring	CLF	-	-	1.008.437
BCP		-	-	1.320.778	1.320.778
Confirming	BCP	-	-	1.988.015	1.988.015
Outros Financiamentos	Parública, SGPS, SA	-	2.000.000	-	2.000.000

Os empréstimos financeiros obtidos uencem juros a taxas de mercado, sendo que durante o exercício de 2021, em resultado de empréstimos obtidos, foram suportados juros no montante de 409.742 euros (480.100 euros em 2020). (Nota 34)

De igual forma foram suportados gastos financeiros decorrentes de juros de locações financeiras, contratos de factoring, bem como de suprimentos, no montante de 247.160 euros (198.414 euros em 2020). (Nota 34)

20. Locações

A CVP – SGH é locatária em diversos contratos de locação financeira relacionados com equipamentos médicos e viaturas ligeiras, sendo essas locações registadas pelo método financeiro, conforme descrito na nota 3.4.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 os montantes em dívida, não canceláveis, relacionados com locações financeiras são como segue:

Natureza:	Dívida em 31.12.2021			Dívida em 31.12.2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Edifícios e outras construções	83.266	268.314	351.580	62.261	286.207	348.468
Equipamento básico	679.180	4.100.478	4.779.658	591.590	3.738.851	4.330.441
Equipamento de transporte	5.941	21.657	27.598	9.372	55.413	64.785
	768.386	4.390.449	5.158.836	663.223	4.080.471	4.743.694

Os bens adquiridos em regime de locação financeira, incluídos na rubrica de ativos fixos tangíveis, em 31 de dezembro de 2021, resumem-se da seguinte forma:

Natureza:	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido 31.12.2021	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido 31.12.2020
Edifícios e outras construções	1.111.499	(83.362)	1.028.137	1.111.499	(55.575)	1.055.924
Equipamento básico	9.198.481	(2.197.465)	7.001.016	8.545.258	(1.585.607)	6.959.651
Equipamento de transporte	43.768	(21.884)	21.884	92.707	(34.765)	57.942
	10.353.748	(2.302.711)	8.051.037	9.749.465	(1.675.947)	8.073.517

21. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Fornecedores" tem a seguinte composição:

	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Passivo Corrente:		
Fornecedores gerais - contas correntes	6.621.158	7.498.436
Fornecedores - partes relacionadas	685.313	859.602
Fornecedores facturas recep e conferên	494.210	661.381
	<u>7.800.681</u>	<u>9.019.419</u>
Activo corrente		
Outros adiantamentos concedidos	(34.809)	(102.270)
	<u>(34.809)</u>	<u>(102.270)</u>
Saldo líquido de fornecedores	7.765.872	8.917.149

7.
M. F.
CP

O prazo médio de pagamentos a fornecedores em 31 de dezembro de 2021 era de 191 dias (206 dias em 2020).

22. Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica "Outras dívidas a pagar" tem a seguinte composição:

	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Passivo corrente:		
Pessoal	71	2.640
Acionistas Particulares	731	731
Outros Acionistas	-	-
Fornecedores de investimentos	2.466.946	2.824.511
Credores por acréscimos de gastos	2.379.713	2.213.125
Outros credores	762.991	560.790
	<u>5.610.452</u>	<u>5.601.797</u>

No que respeita ao saldo no montante de 731 euros, refere-se a dividendos atribuídos a acionistas particulares em 2010 e anos anteriores, que ainda não foram liquidados, conforme se detalha:

Acionistas:	Dividendos de 2010	Dividendos de anos anteriores	Dividendos em dívida
Acionistas particulares	242	489	731
	242	489	731

No que concerne aos Fornecedores de investimento, o saldo da Siemens, no montante de 2.133.765 euros, representa 86% do saldo total e resulta do projeto do Heart Center, iniciado em 2019.

A rubrica de "Credores por acréscimos de gastos" decompõe-se da seguinte forma:

	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Remunerações a liquidar ao pessoal	1.740.620	1.506.379
Juros a liquidar	82.788	504.549
Honorários médicos	49.681	46.712
Material de consumo clínico	6.174	8.556
Outros acréscimos de gastos	500.449	146.930
	2.379.713	2.213.125

O saldo apresentado em outros credores refere-se essencialmente a honorários a liquidar a prestadores de serviços à CVP – SGH, decorrente de serviços prestados.

23. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as rubricas de "Estado e outros entes públicos" têm a seguinte composição:

Saldos devedores:		Nota	Saldo 2021	Saldo 2020
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas				
Retenções na fonte			-	10.384
Pagamento especial por conta			221.347	291.336
Pagamentos por conta			-	-
Estimativa de imposto	10		(13.564)	(22.191)
			207.783	279.529
Saldos credores:		Nota	Saldo 2021	Saldo 2020
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares				
Retenções na fonte			148.404	156.008
Imposto sobre o Valor Acrescentado			16.554	669
Contribuições para a Segurança Social			202.322	182.715
Outras tributações			31.357	37.863
			398.636	377.255

O saldo credor no montante de 31.357 euros, refere-se a contribuições para regimes de protecção social (ADSE e CGA), que serão liquidadas em janeiro de 2022.

24. Diferimentos Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 a rubrica do passivo corrente "Diferimentos" tem a seguinte composição:

	Saldo 2021	Saldo 2020
Outros rendimentos a diferir	17.667	17.667
Cessão Exploração - SPD	0,00	100.000
	17.667	117.667

25. Passivos e Ativos Contingentes, Garantias e Compromissos

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, a Empresa não apresentava quaisquer garantias prestadas a favor de terceiros, ativos ou passivos contingentes.

26. Partes Relacionadas

Acionistas

A Empresa é detida em 54,98% pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e em 45% pela Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A., sendo as suas demonstrações financeiras contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial nas contas da Parpública.

Pessoal-chave da gestão

As remunerações do pessoal-chave de gestão da Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 têm a seguinte composição:

	Exercício de 2021	Exercício de 2020
Conselho de Administração		
Benefícios de curto prazo		
Remunerações e outros benefícios	604 866	346 156

Transações com partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

Parte relacionada	ATIVO					PASSIVO			
	Outros ativos financeiros	Clientes	Acionistas	Adiant. Fornec.	Outros Devedores	Acionistas	Outros Credores	Emp. Obtidos	Fornecedores
Empresa-mãe									
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	-
Subsidiárias e associadas									
Serul Hospital Unipessoal, Lda	70.028	8.652	-	-	-	-	-	-	(508.301)
Sociedade Portuguesa de Ressonância Magnética	-	3.480	-	-	-	-	(65.200)	-	(136.819)
Soc. Portuguesa de Diálise	-	39.870	-	-	-	-	-	-	(40.193)
Outras entidades relacionadas:									
Diversos accionistas particulares	-	-	-	-	-	(731)	-	-	-
Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	70.028	52.002	-	-	-	(731)	(65.200)	(2.000.000)	(685.313)

[Handwritten signature]

Saldo em 31.12.2020

Parte relacionada	ATIVO					PASSIVO			
	Outros ativos financeiros	Clientes	Acionistas	Adiant. Fornec.	Outros Devedores	Acionistas	Outros Credores	Emp. Obliq.	Fornecedores
Empresa-mãe									
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(2.000.000)	-
Subsidiárias e associadas									
Serúhospita Unipessoal, Lda	70.028	3.397	-	-	-	-	-	-	(572.370)
Sociedade Portuguesa de Resson Magnética	-	-	-	-	-	-	(45.200)	-	(274.616)
Soc Portuguesa de Diálise	-	30.440	-	-	-	-	-	-	(12.616)
Outras entidades relacionadas:									
Diversas acionistas particulares	-	-	-	-	-	(731)	-	-	-
Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	70.028	33.836	-	-	-	(731)	(65.200)	(2.000.000)	(859.602)

Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

Transações exercício 2021

Parte relacionada	Gastos				Rendimentos	
	FSE 's	Outros gastos	Provisões	Perdas em Sub e Assoc.	Prestaç. Serviços	Ganhos em Sub e Assoc.
Empresa-mãe						
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	15.000	-
Subsidiárias e associadas						
Serúhospita Unipessoal, Lda	1.516.278	-	-	-	5.255	22.905
Sociedade Portuguesa de Resson Magnética	31.539	-	-	566	3.480	-
Soc Portuguesa de Diálise	27.577	-	-	-	364.670	210.649
	1.575.393	-	-	566	388.405	233.554

Transações exercício 2020

Parte relacionada	Gastos				Rendimentos	
	FSE 's	Outros gastos	Provisões	Perdas em Sub e Assoc.	Prestaç. Serviços	Ganhos em Sub e Assoc.
Empresa-mãe						
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa Parpública, Participações Públicas, SGPS, S.A.	-	-	-	-	-	-
Subsidiárias e associadas						
Serúhospita Unipessoal, Lda	1.847.302	-	-	-	9.012	290.300
Sociedade Portuguesa de Resson Magnética	124.194	-	-	67.550	59.733	-
Soc Portuguesa de Diálise	14.592	-	-	-	391.480	189.133
	1.986.088	-	-	67.550	460.224	479.432

O saldo não corrente da rubrica de Outros devedores, respeita, em 2021 e 2020, na sua totalidade a dívida de Outros devedores:

	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020
Ativo não corrente:		
Acionistas	-	-
Outros devedores	153.278	360.853
	153.278	360.853

O saldo da rubrica de Outros devedores respeita ao montante a receber da ex-acionista Cruz Vermelha Portuguesa (Nota 13).

27. Vendas e Serviços Prestados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 as vendas e prestações de serviços registadas na rubrica de "Vendas e serviços prestados" têm a seguinte composição:

	Saldo 2021	Saldo 2020
Vendas	8.405.902	6.781.739
Serviços prestados	14.448.769	15.244.845
	22.854.671	22.026.584

As vendas e o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas discriminam-se da seguinte forma:

	Exercício 2021			Exercício 2020		
	Vendas	Custo das vendas (nota11)	Margem bruta	Vendas	Custo das vendas (nota11)	Margem bruta
Produtos farmacêuticos	3.501.329	962.884	2.538.445	3.035.076	1.050.664	1.984.412
Material de consumo clínico	4.901.797	4.176.863	724.935	3.744.849	3.726.406	18.443
Produtos alimentares	-	1.110	(1.110)	-	693	(693)
Material consumo hoteleiro	2.672	149.589	(146.917)	1.628	188.052	(186.425)
Material consumo administrativo	104	47.199	(47.095)	182	42.897	(42.715)
Material manutenção e conserto	-	33.338	(33.338)	-	22.223	(22.223)
Outras vendas	-	-	-	3	-	3
	8.405.902	5.370.983	3.034.919	6.781.739	5.030.937	1.750.802

As prestações de serviços, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 detalham-se como segue:

Natureza	Saldo 2021	Saldo 2020
Cirurgias e internamentos	1.476.987	1.940.870
Internamento - Diárias	2.082.754	2.522.268
Pisos de sala	1.012.385	908.946
Meios complementares de diagnóstico e terapêutica	5.846.217	5.149.778
Consultas	1.760.558	1.647.286
Serviço de Urgência	182.788	142.983
Honorários	1.344.859	1.414.887
Consultoria Clínica	-	603.470
Outros serviços	745.228	929.988
Descontos e abatimentos	35	35
Franquias	(3.043)	(15.665)
	14.448.769	15.244.845

28. Fornecimento e Serviços Externos

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

NATUREZA	Saldo 2021	Saldo 2020
Subcontratos	55.646	64.976
<u>Serviços especializados</u>		
Trabalhos especializados	1.469.953	1.470.216
Publicidade e propagação	9.845	7.798
Vigilância e segurança	-	-
Honorários	7.763.500	7.860.861
Comissões	399.389	346.260
Conservação e reparação	897.579	801.510
<u>Materiais</u>		
Ferram. e Utensil. Desgast Ráp.	1.031	1.002
Livros e documentação técnica	99	225
Material de escritório	44.107	43.091
Artigos para oferta	150	4.045
<u>Energia e fluidos</u>		
Electricidade	341.607	250.952
Combustíveis	57.462	75.343
Água	118.921	149.150
<u>Deslocaç., Estadas e Transp.</u>		
Deslocações e estadas	8.332	35.193
Transporte de pessoal	1.183	883
Transporte de mercadorias	1.177	166
<u>Serviços Diversos</u>		
Rendas e alugueres	1.363.753	1.689.927
Comunicação	93.203	104.510
Seguros	78.688	79.757
Contencioso e notariado	467	125
Despesas de representação	166	426
Limpeza, higiene e conforto	634.578	605.439
Outros Serviços	267	416
TOTAL	13.341.103	13.592.274

e,
 197.
 m. f.
 CRV

Relativamente à rubrica de honorários, o respetivo detalhe discrimina-se da seguinte forma:

Honorários	Saldo 2021	Saldo 2020
Médicos	5.684.563	5.481.958
Enfermagem	881.193	1.246.576
Técnicos de saúde	834.317	825.448
Jurídicos	209.976	121.348
Analistas	66.118	67.288
Assessores	36.523	9.840
Trabalho administrativo	-	9.263
Psicologia	10.079	10.458
Maquieiros	19.771	21.905
Outros	20.959	66.778
	7.763.500	7.860.861

29. Gastos com o Pessoal

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

NATUREZA	Saldo 2021	Saldo 2020
Remunerações e encargos dos órgãos sociais	618.488	367.253
Remunerações ao Pessoal	8.035.516	7.863.118
Encargos sobre Remunerações	1.657.137	1.650.140
Indemnizações por rescisões de contratos	197.787	21.662
Seguro de acidentes de trabalho	71.603	70.618
Outros gastos com pessoal		
Gastos de ação social	85.627	99.113
TOTAL	10.666.158	10.071.904

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a rubrica "Remunerações dos órgãos sociais" inclui o montante de 498.550 euros (285.498 euros em 2020), referente a remunerações de pessoas chave da gestão. (Nota 26)

A rubrica de "Indemnizações por rescisões de contratos" é composta pelo montante de 21.662 euros respeitante a indemnizações.

O número médio de funcionários ao serviço da CVP – SGH durante o exercício de 2021 foi de 373 colaboradores (377 em 2020).

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 o número de colaboradores, repartido pelo respetivo vínculo contratual, apresenta-se da seguinte forma:

Tipo contrato:	31.12.2021	31.12.2020
Conselho administração	5	5
Efetivo	363	343
Contratado a Termo	54	19
	422	367

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 existiam os seguintes saldos a receber e a pagar com colaboradores:

NATUREZA	Nota	Saldo	
		31.12.2021	31.12.2020
Activo corrente			
Adiantamentos concedidos	13	5.038	1.155
		<u>5.038</u>	<u>1.155</u>
Passivo corrente			
Remunerações processadas a liquidar	22	71	2.640
Estimativa de remunerações a liquidar (férias e subsídio de férias)	22	1.740.620	1.506.379
		<u>1.740.691</u>	<u>1.509.019</u>
		<u>1.745.728</u>	<u>1.510.174</u>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature at the top right and several initials or marks below it.

30. Outros Rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

NATUREZA	Saldo 2021	Saldo 2020
Rendimentos suplementares		
Serviços sociais	22.995	17.197
Aluguer Equip. e Instalações	381.090	418.491
Estudos, projectos e assistência técnica	700	-
Débitos de Gastos	612.164	502.660
Receitas com Alimentação	6.772	2.699
Descontos de pronto pagamento obtidos	7.845	6.266
Ganhos de inventários	142	40.299
Diferenças câmbio favoráveis	86.855	-
Rendim. e Ganh. Invest. não fin.		
Afetações	15.139	-
Correcções de periodos anteriores	1.369	663
Outros reembolsos	10.449	31.296
	<u>1.145.519</u>	<u>1.019.571</u>

31. Outros Gastos



A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

NATUREZA	Saldo 2021	Saldo 2020
Impostos		
Outros impostos indirectos	141.641	113.941
Taxas	22.859	10.108
Descontos de pronto pagamento concel	-	35.298
Dívidas incobráveis	24.579	40.997
Gastos e perdas em inv não financeiros	39.102	31.895
Perdas em Inventários	94.680	36.668
Outros		
Correcç.relat períodos anter.	70.000	680.131
Doações	-	2.500
Quotizações	5.160	768
Indemnizações	880	15.000
Outros gastos	-	(2.017)
	399.445	965.289

Em 2020, o saldo da rubrica de Correções relativas a períodos anteriores, resultou de no ano anterior ter sido diferido, por lapso, o montante referente a um contrato de manutenção. Em 2021, o saldo respeita na sua totalidade ao PEC de 2014, caducado em 2020.

32. Depreciações

A rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

2) 
 7.
 an F


NATUREZA	Saldo 2021	Saldo 2020
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		
Edifícios e outras construções	375.521	380.132
Equipamento básico	969.376	975.184
Equipamento de transporte	8.530	11.588
Equipamento administrativo	44.948	51.297
Outros ativos fixos tangíveis	2.990	3.339
	<u>1.401.365</u>	<u>1.421.540</u>
ATIVOS INTANGÍVEIS		
Aplicações informáticas (Software)	1.659	8.877
	<u>1.659</u>	<u>8.877</u>
	<u>1.403.023</u>	<u>1.430.417</u>

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a box around a signature and initials like 'M. F.' and 'CB'.

33. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Os juros e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 têm a seguinte composição:

	Saldo 2021	Saldo 2020
Juros obtidos	213	729
Outros rendimentos similares	-	71.618
	<u>213</u>	<u>72.347</u>

34. Juros e Gastos Similares Suportados

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 têm a seguinte composição:

	Saldo 2021	Saldo 2020
Juros suportados		
Juros de empréstimos bancários	409.742	480.100
Juros de leasings	100.014	73.361
Juros de factoring	105.441	125.053
Juros de mora	1.435	1.928
Juros de suprimentos	41.704	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	61.303	218.229
Outros gastos e perdas de financiamento		
Serviços bancários	29.780	28.161
Comissões	95.847	50.178
Outros	45.621	38.653
	890.887	1.015.663

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature at the top right and initials 'A.F.' and 'CR' below it.

35. Subsídios à Exploração

A rubrica de "Subsídios à Exploração" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte composição:

Natureza	Saldo	
	31.12.2021	31.12.2020
Subsídios à Exploração	3.549	-

O saldo da rubrica respeita ao apoio recebido associado ao aumento da retribuição mínima mensal garantida.

36. Honorários do Revisor Oficial de Contas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi suportado pela Empresa o montante de 38.841 euros (38.841 euros em 2020), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, referente a honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas. Os honorários faturados dizem respeito, exclusivamente, à atividade de revisão legal das contas.

37. Acontecimentos após a data do Balanço

O atual contexto internacional, quer ao nível da pandemia, quer sobretudo da situação da guerra originada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, de conflito armado no leste europeu, não nos permite ainda aferir quais os impactos, e respetiva dimensão, que se vão sentir na economia, quer a nível mundial quer nacional, e consequentemente na empresa, embora sejam já sentidos alguns efeitos ao nível do agravamento dos custos da energia e dos combustíveis, bem como de algumas matérias primas relevantes para a atividade da empresa, bem como de outros bens e serviços. Apesar do grau de incerteza existente, o Conselho de Administração entende que não está colocada em causa a continuidade da atividade da empresa, contando com o apoio e empenhamento dos acionistas relevantes.

À presente data, o Conselho de Administração não tem conhecimento de quaisquer outros factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2021 que justifiquem ajustamentos nestas demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração



Edmundo Martinho



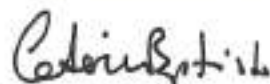
Francisco Ramos



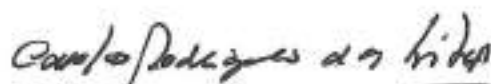
Manuel Teixeira



José Donato Ramos



Catarina Baptista



Carlos Silva



Tiago Mateus

O Contabilista Certificado



Handwritten notes in blue ink, including a signature and the initials "CP".

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **CVP - SOCIEDADE DE GESTÃO HOSPITALAR, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 42.517.160 euros e um total de capital próprio negativo de 6.917.500 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 6.721.699 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **CVP - SOCIEDADE DE GESTÃO HOSPITALAR, S.A.**, em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

INCERTEZA MATERIAL RELACIONADA COM A CONTINUIDADE

O capital próprio apresenta-se negativo, no montante de 6.917.500 euros, de que resulta a aplicação do disposto nos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais. Esta situação decorre dos prejuízos gerados nos três últimos exercícios e, de forma mais acentuada, nos que foram apurados em 2020 e em 2021, em parte devido à situação pandémica que afetou significativamente a atividade desenvolvida pelo Hospital.

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião.

Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CONTAS INDIVIDUAIS

Senhores Acionistas,

A fim de dar cumprimento aos Estatutos e à legislação vigente, na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da **CVP - SOCIEDADE DE GESTÃO HOSPITALAR, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Analisámos o Relatório de Gestão elaborado pelo Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo a estas demonstrações financeiras.

No seu conjunto, os referidos documentos traduzem de forma adequada a evolução dos negócios do conjunto da Sociedade, cumprindo com as exigências decorrentes da legislação aplicável.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido nos n.ºs. 2 e 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas, sem qualquer reserva, mas com um parágrafo de incerteza material relacionada com a continuidade e ainda com uma ênfase, relacionada com a incerteza associada aos potenciais impactos resultantes da guerra na Ucrânia, conjugada ainda com a persistência da situação pandémica que vivemos.

Conforme relatado no Relatório de Gestão, e acentuado igualmente na Certificação Legal das Contas, o capital próprio apresenta-se negativo, no montante de 6.917.500 euros, essencialmente devido aos prejuízos gerados nos três últimos exercícios e, de forma mais acentuada, dos que foram apurados em 2020 e em 2021, em parte devido à situação pandémica que afetou significativamente a atividade desenvolvida pelo Hospital. Decorrente desta situação a Sociedade enquadra-se nas disposições previstas nos artigos 35.º e 171.º do Código das Sociedades Comerciais, por estar perdida mais de metade do capital social, devendo esta matéria ser abordada na próxima assembleia geral de aprovação das contas do exercício.

Analisámos, ainda, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, entendendo que a mesma está em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da CVP - SOCIEDADE DE GESTÃO HOSPITALAR, S.A., em 31 de dezembro de 2021, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

Com referência ao exercício de 2021, não recebemos quaisquer comunicações de irregularidades apresentadas, quer por acionistas, colaboradores ou outros, nem emitimos parecer relativamente a qualquer negócio realizado entre a sociedade e os membros do seu Conselho de Administração. Esta divulgação visa dar cumprimento ao disposto no n.º 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

Face ao trabalho desenvolvido, e de acordo com o exposto, somos de parecer que os Senhores Acionistas da CVP - SOCIEDADE DE GESTÃO HOSPITALAR, S.A.:

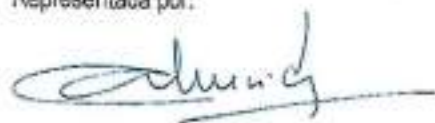
- (a) Aprovelem o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo a estas demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de Aplicação de Resultados, expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, conforme decorre do disposto no n.º 1 do art.º 32.º do Código das Sociedades Comerciais, considerando que esta proposta se encontra de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, estando por isso em condições de ser aprovada;
- (c) Procedam à apreciação geral da Administração e da Fiscalização da Sociedade, nos termos previstos no artigo 455.º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 29 de abril de 2022

O FISCAL ÚNICO

VITOR ALMEIDA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por:



Vitor Manuel Batista de Almeida

(Inscrito na OROC sob o n.º 691 e na lista de auditores da CMVM sob o n.º 20160331)